

# BC quer garantir empréstimo em caso de "choque externo"

por Cláudia Safatle  
de Brasília

O presidente do Banco Central, Antônio Carlos Lemgruber, desembarcou ontem em Nova York com uma importante tarefa: tentar convencer os bancos internacionais credores do País a incluírem uma cláusula de salvaguarda no contrato de renegociação plurianual da dívida externa brasileira, mediante a qual, na eventualidade de um "choque externo" (seja aumento das taxas de juros ou perda na relação de troca), os bancos emprestariam, compulsoriamente, novos recursos ao Brasil ou, então, adotariam um esquema de capitalização dos juros da dívida, que seria a forma mais eficiente de fornecer "new money".

Na última visita que fez ao comitê de assessoramento da dívida externa, em maio, Lemgruber tentou colocar em discussão essa proposta do governo brasileiro. Os bancos não a receberam bem e a questão ficou em "banho-maria".

Nesta terceira viagem de contato com os credores privados, Lemgruber não só voltaria a pôr essa intenção do governo — já com um alerta prévio do presidente da República, José Sarney, de que há um limite para continuar pagando os juros da dívida externa — como também procurará manter uma linha de

## Chemical apóia programa

por Maria Clara R. M. do Prado  
de Brasília

O presidente da República recebeu ontem um firme apoio da parte de um importante credor da dívida externa do País. "Viemos trazer nosso suporte ao programa econômico do governo", revelou, à saída do Palácio do Planalto, para este jornal o vice-presidente do Chemical Bank, responsável pela área do Brasil, Patrick Morin.

A comitiva do Chemical Bank foi encabeçada pelo principal executivo do banco — o presidente, Walter Shipley — e contou ainda com a participação de outros dois vice-presidentes, Terence Canavan, vice-presidente

executivo para a área da América Latina, e Robert London, vice-presidente do Chemical Bank de Nova York, responsável pelas atividades do banco na América do Sul.

A conversa não foi demorada, mas os representantes daquela instituição bancária — que mantém um crédito de cerca de US\$ 1,5 bilhão na total da dívida externa brasileira e ocupava, em dezembro de 1983, a posição de sexto maior credor — tiveram a oportunidade de manifestar ao presidente José Sarney a sua expectativa de que o País venha a assinar com o comitê assessor de bancos internacionais o acordo para reescalonamento plurianual da dívida antes do final de agosto.

diálogo contínuo com os banqueiros internacionais e tentará tranquilizá-los sobre a negociação do acordo "stand by" com o Fundo Monetário Internacional (FMI), pré-requisito para o fechamento de um pacote com os bancos. Não há grandes expectativas de chegar a um termo antes do dia 31 de agosto, e o governo está considerando a hipótese de pedir uma nova prorrogação da Fase 2, cobrindo o restante deste ano.

A proposta original dos

bancos privados internacionais, que quase foi assinada pelo governo passado, com a anuência do então presidente Tancredo Neves, tem pontos que são mais temerosos do que estão sendo anunciados pelo governo. A cláusula de monitoramento do FMI até o ano 2000 não é apenas uma supervisão que os credores desejam e cujos relatórios poderão permitir aos bancos denunciar o acordo com o governo brasileiro. Ao contrário do que foi exigido ao México, os bancos querem que o FMI permaneça estabelecendo metas trimestrais de critérios de performance dos principais indicadores econômicos até o ano 2000, sem nenhuma contrapartida financeira do Fundo.

O "spread" médio negociado pelo então presidente do Banco Central, Affonso Celso Pastore, não era de 1,125%, mas sim 1,4% para o período de consolidação da dívida externa. Como os novos "spreads" só entrariam em vigor à medida do vencimento das amortizações nos seus prazos originais, a economia de divisa totalizaria apenas US\$ 40 milhões no primeiro ano do acordo e de US\$ 1,4 bilhão nos sete anos envolvidos.

Se, como ocorreu com o México, as taxas de "spread" novas entrassem em vigor imediatamente, a

economia de divisas alcançaria US\$ 2,2 bilhões ao longo do período de consolidação.

O esquema de "relen-ding" — repasse interno dos recursos do reescalonamento de 1983 e 1984 — como propuseram os bancos, e o governo anterior aceitou, seria flexibilizado, permitindo repasses de mais curto prazo e, portanto, remunerações adicionais aos bancos internacionais. Ou seja, a cada re-empréstimo dos recursos já internalizados no Banco Central, os bancos credores cobram comissões e taxas adicionais mesmo quando não autorizadas pelo BC. Como a procura por empréstimo externo, por parte das empresas estatais e governos municipais e estaduais, é muito intensa, os bancos emprestadores lucram com "flats" de até 7% sobre o volume total do empréstimo. Um esquema que este governo pretende rever junto aos bancos.

O governo quer rever também o "dowpayment", já que ele não representa uma carga marginal de desembolso. No período de 1985 a 1991, o País não obtinha nenhuma carência e teria de pagar US\$ 9 bilhões de principal, além dos US\$ 55 bilhões de juros da dívida.

Assim, pelos termos do contrato que o governo anterior pretendia assinar, durante o período de consolidação (de 1985 a 1991) seriam rolados US\$ 45,3 bilhões de amortizações, pagáveis em dezoito prestações semestrais e crescentes a partir de 1º de junho de 1992. Além da prorrogação das duas linhas — US\$ 10 bilhões de créditos comerciais e US\$ 6 bilhões de interbancário — por dois anos.